



Enfil S/A - Controle Ambiental

C.N.P.J. nº 00.286.550/0001-19 - N.I.R.E. nº 35.300.140.516
Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07 de Outubro de 2025



Data - Hora - Local: no dia de 07 de outubro de 2025 às 10h00, em sua sede social, à Rua. Dr. Fernandes Coelho, 85 - 11º andar, Bairro de Pinheiros, CEP 05423-040 - São Paulo/SP. **Convocação:** Em conformidade com o § 4º do art. 124, da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 10.303/01. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** **Presidente:** Franco Castellani Tarabini Júnior; e **Secretária:** Nora Birgitta Longgren de Castellani Tarabini. **Pauta:** Alteração do Estatuto Social para: **1)** incluir plantas industriais no objeto da empresa; **2)** prever que a administração da empresa será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva; **3)** prever que o Conselho de Administração será instituído até 01/04/2026, prorrogáveis pelos acionistas; **4)** definir como será a composição, competência e forma de atuação do Conselho de Administração; **5)** prever que a Diretoria será composta de até 3 (três) Diretores Estatutários; **6)** prever que a Diretoria será eleita por Assembleia Geral de Acionistas até que o Conselho de Administração seja efetivamente instituído; **7)** prever a competência e os poderes da Diretoria até que o Conselho de Administração seja instituído; **8)** Alterar os a forma de representação da empresa. **9)** Alterar o percentual de distribuição dos lucros para 25% (vinte e cinco por cento); e **10)** Estabelecer as disposições provisórias que regularão a administração da empresa e o funcionamento da Diretoria até que o Conselho Diretivo seja efetivamente instituído. **Deliberações: por unanimidade de votos** foram aprovadas a totalidade da pauta acima, e, conseqüentemente, as seguintes deliberações: **1)** Aprovam a alteração dos artigos 3º (terceiro); 5º(quinto); 6º (sexto); 7º (sétimo), 8º (oitavo) e 9º (nono), 10º (décimo) 11º (décimo primeiro), 15º (décimo quinto) e 16º (décimo sexto) do Estatuto Social que passam a ter a seguinte redação: **“Artigo 3º. A Sociedade tem por objeto: a) comércio, importação e industrialização, em estabelecimentos de terceiros, de equipamentos e sistemas para tratamentos de água, resíduos líquidos e sólidos, lixos e gases e de plantas industriais; b) prestação de serviços de engenharia civil e mecânica; c) montagem, instalações e assistência técnica de equipamentos e sistemas eletromecânicos e de instrumentação; d) execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, obras hidráulicas e outras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares; e) operação, manutenção, administração e gerenciamento de obras, equipamentos e sistemas; f) prestação de serviços na área de soluções ambientais integradas, relacionadas com a consultoria, licenciamento, investigação, avaliação, estudo de impacto ambiental, gerenciamento ambiental e coleta de resíduos; e g) participação em outras sociedades, como acionistas ou quotistas, como acionistas ou quotistas. Administração da Companhia: Artigo 5º. A administração da Companhia, em observância à legislação aplicável e às disposições deste Estatuto Social, será exercida pelos seguintes órgãos: a) Conselho de Administração: órgão colegiado de deliberação superior, incumbido da definição das políticas e diretrizes estratégicas da Companhia, bem como da supervisão da gestão da Diretoria, nos termos da lei e deste Estatuto Social.” b) Diretoria:** órgão de administração executiva, responsável pela gestão operacional da Companhia, mediante a execução das estratégias e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, em conformidade com a legislação e este Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro:** O prazo de mandato para os Diretores será de 03 (três) anos e será distinto do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração que será de 02 (dois), com o objetivo de assegurar a não coincidência do término dos respectivos mandatos, em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa. **Parágrafo segundo:** Até a efetiva instituição do Conselho de Administração, a administração da Companhia será exercida pela Diretoria, com os poderes e atribuições previstos neste Estatuto Social, em especial no artigo 16. **Composição do Conselho de Administração: Artigo 6º.** O Conselho de Administração será composto por 03 (três) conselheiros efetivos e 03 (três) suplentes, com mandato de 02 (dois) cada um, permitida a reeleição, eleitos e destituíveis a qualquer tempo por Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Primeiro:** Na mesma Assembleia Geral que eleger os membros efetivos, será eleito suplente, que substituirá um membro efetivo em suas ausências ou em impedimento temporário, seguindo a ordem de suplência definida na ata da Assembleia Geral ou, na ausência desta, pela ordem de votação na eleição. **Parágrafo Segundo:** A remuneração dos membros do Conselho de Administração será definida anualmente em Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Terceiro:** Para investidura no cargo de membro do Conselho de Administração, tanto efetivo quanto suplente, são requisitos indispensáveis: a) Ter experiência comprovada de atuação em cargos de direção ou em conselhos de administração de empresas de médio ou grande porte, b) Possuir formação acadêmica de nível superior reconhecida pelo Ministério da Educação e c) não estar sujeito a quaisquer impedimentos legais para o exercício do cargo. **Competência e Funcionamento do Conselho de Administração: Artigo 7º.** Compete ao Conselho de Administração exercer o papel de guardião do propósito, dos valores, do objeto social da organização, estando encarregado da definição da estratégia corporativa, do acompanhamento do seu cumprimento pela diretoria e da conexão entre o conselho executivo e os sócios, além de outras atribuições previstas na legislação e neste Estatuto Social. **a) Definir a orientação geral dos negócios:** Estabelecer as diretrizes estratégicas e a orientação geral para a atuação da Companhia. **b) Formular políticas:** Aprovar as políticas e estratégias da Companhia. **c) Aprovar normas internas:** Sugerir alterações e aprovar o regimento interno, o código de conduta, as políticas de compliance e outras normas internas da Companhia. **d) Supervisionar a gestão da Diretoria:** Fiscalizar as atividades da Diretoria, podendo, a qualquer tempo, examinar livros, registros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em negociação e quaisquer outros atos de gestão. **e) Deliberar sobre a Diretoria:** Eleger e destituir os membros da Diretoria, fixando-lhes as atribuições, em observância ao disposto neste Estatuto Social. **f) Convocar a Assembleia Geral:** Convocar a Assembleia Geral dos Acionistas nos casos previstos na Lei nº 6.404/76 e sempre que julgar necessário. **g) Aprovar as demonstrações financeiras:** Analisar, aprovar ou reprovar as demonstrações financeiras da Companhia, nos termos do parágrafo 5º (quinto) desta cláusula 7ª (setima), previamente à sua apresentação aos acionistas, e manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando exigido por sua contratação. **h) Deliberar sobre auditores independentes:** Escolher e destituir os auditores independentes, caso a Companhia opte por sua contratação. **i) Outras atribuições:** Exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por lei ou por este Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro:** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez a cada 03 (três) meses. **Parágrafo Segundo:** Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pela maioria dos seus membros, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Terceiro:** As reuniões do Conselho de Administração serão preferencialmente presenciais, mas, excepcionalmente, mediante solicitação escrita de um Conselheiro, acompanhada de justificativa, poderão ser realizadas por meio de videoconferência ou outros meios de comunicação que permitam a participação e manifestação de todos os Conselheiros, desde que a maioria absoluta dos Conselheiros aprove a solicitação, com registro em ata, e que o meio de comunicação escolhido assegure a autenticidade e a segurança das comunicações. **Parágrafo Quarto:** O quórum mínimo para instalação das reuniões do Conselho de Administração será a maioria absoluta de seus membros efetivos. **Parágrafo Quinto:** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do seu voto, o voto de desempate, quando necessário. **Parágrafo Sexto:** O Presidente do Conselho será indicado entre os eleitos pelo acionista majoritário. **Parágrafo Sétimo:** O Conselho de Administração terá acesso a todos os documentos e registros da Companhia, das empresas do grupo e dos Consórcio que ela fizer parte, observados os respectivos contratos de confidencialidade. **Parágrafo Oitavo:** De cada reunião da Administração será lavrada em livro próprio, que será assinado por todos os membros presentes. **Vacância do Conselho de Administração: Artigo 8º.** Em caso de vacância de um cargo de conselheiro efetivo do Conselho de Administração, o suplente correspondente assumirá o cargo pelo prazo restante do mandato, ou até que os acionistas elejam um conselheiro temporário para cumprir o restante do mandato, o que acontecer primeiro. **Parágrafo Primeiro:** Caso ocora a vacância de todos os cargos de conselheiros efetivos, a Diretoria deverá convocar uma Assembleia Geral de Acionistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da última vacância, para eleger novos membros para completar o mandato remanescente. **Parágrafo Segundo:** Durante o período de vacância total, e até a eleição dos novos conselheiros, os suplentes, em ordem de suplência, assumirão as funções dos membros efetivos para garantir o funcionamento regular da Companhia. **Parágrafo Terceiro:** Na ausência de suplentes ou na vacância de seus cargos, a Diretoria exercerá as atribuições urgentes e inadiáveis do Conselho de Administração, convocando imediatamente a Assembleia Geral de Acionistas para eleição dos novos membros. **Parágrafo Quarto:** Caso a Diretoria não convoque a Assembleia Geral de Acionistas nos prazos estabelecidos, qualquer acionista, suplente ou diretor agindo isoladamente, poderá fazer a convocação. **Parágrafo Quinto:** Qualquer membro do Conselho de Administração poderá renunciar ao seu cargo, mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, a qualquer outro membro do Conselho. A renúncia tomar-se-á efetiva na data do recebimento da comunicação pelo destinatário, salvo se a carta de renúncia indicar data posterior. **Composição da Diretoria: Artigo 9º.** A Diretoria Executiva será composta por até 03 (três) Diretores Estatutários e destituíveis por Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de 03 (três) anos e possibilidade de recondução ilimitada, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 01 (um) Diretor Técnico e 01 (um) Diretor sem designação específica. **Parágrafo Primeiro:** Até que o Conselho de Administração seja instituído os Diretores serão eleitos e destituíveis nos termos do parágrafo segundo do artigo 16º deste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo:** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do Termo de Posse no Livro de Atas da Diretoria, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de sua eleição, salvo justificativa aceita pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro:** A remuneração dos membros da Diretoria será definida anualmente em Assembleia Geral. **Competência e Funcionamento da Diretoria Executiva: Artigo 10º.** A Diretoria incumbir-se-á da gestão dos negócios sociais e das atividades necessárias e convenientes à consecução do objeto social, competindo-lhe, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou por este Estatuto Social, e em consonância com as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração. **I - Implementar as diretrizes e a orientação geral dos negócios estabelecidas pelo Conselho de Administração. II - Executar as políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração, zelando pelo seu cumprimento em todas as áreas da Companhia. III - Elaborar e submeter ao Conselho de Administração as normas internas, o código de conduta, governança e as políticas de compliance. Uma vez aprovadas pelo Conselho de Administração, compete à Diretoria aplicar e fazer cumprir tais normas, códigos e políticas. IV - Exercer a gestão operacional e executiva da Companhia, praticando todos os atos necessários ou convenientes à consecução do objeto social, incluindo, mas não se limitando a: a) Administrar as operações e as operações da Companhia, b) Gerenciar os recursos humanos, financeiros e materiais da Companhia. c) Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores, com poderes específicos e prazo determinado, na forma deste Estatuto Social. d) Celebrar e executar contratos e acordos de qualquer natureza, dentro dos limites de sua competência e das políticas estabelecidas. e) Organizar e dirigir os serviços da Companhia. f) Elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o orçamento anual e os planos de negócios da Companhia. g) Zelar pela conservação e manutenção dos bens da Companhia. h) Deliberar sobre a celebração e rescisão de contratos pela Companhia. V - Elaborar e apresentar ao Conselho de Administração relatórios periódicos sobre a situação e o desempenho da Companhia, bem como quaisquer outras informações que este julgar necessárias. VI - Preparar e submeter ao Conselho de Administração propostas e serem aprovadas à Assembleia Geral dos Acionistas. VII - Elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, nos termos da legislação e das normas contábeis aplicáveis, para análise e aprovação do Conselho de Administração. VIII - Dar execução às deliberações da Assembleia Geral relativas à emissão de ações, debêntures e outros valores mobiliários, observados os termos da lei e deste Estatuto Social. IX - Conduzir as operações de alienação de bens do ativo não circulante e constituição de consórcios com outras empresas, do grupo ou não, previamente autorizadas pela Assembleia Geral. X - Promover a constituição de ónus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, mediante prévia autorização da Assembleia Geral. XI - Manter interlocução com os auditores independentes, fornecendo-lhes as informações e o suporte necessários para a realização de seus trabalhos e implementar as recomendações por eles efetuadas, após aprovação do Conselho de Administração, quando pertinente. **Parágrafo Primeiro:** A Diretoria Executiva poderá delegar poderes específicos a um ou mais de seus membros, a gerentes ou a outros empregados da Companhia, mediante instrumento de procuração, observados os limites legais e as disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo:** A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente pelo menos 1 (uma) vez por mês e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer de seus membros ou do Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro:** As convocações para as reuniões da Diretoria Executiva serão feitas por escrito, mediante carta, e-mail ou outro meio de comunicação que assegure o recebimento, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas) da data da reunião, salvo em casos de urgência, a critério da maioria dos membros da Diretoria Executiva. A convocação deverá indicar a data, a hora, o local e a ordem do dia da reunião. A presença de todos os Diretores na reunião supre a necessidade da convocação. **Parágrafo Quarto:** As reuniões da Diretoria Executiva poderão contar com Diretores Estatutários e Diretores Não Estatutários e serão realizadas na sede social da Companhia ou em outro local previamente indicado na convocação, podendo, ainda, ser realizadas por meio de videoconferência ou outro meio de comunicação a distância que permita a participação e a manifestação de todos os membros, desde que previamente solicitado e justificado pelo Diretor interessado. **Parágrafo Quinto:** O quórum mínimo para a instalação das reuniões da Diretoria Executiva será da maioria de seus membros em exercício. **Parágrafo Sexto:** As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas por um de seus membros, eleito pelos presentes para cada reunião, ou, em caráter permanente, caso o Conselho de Administração assim o defina ao eleger a Diretoria. O presidente da reunião terá direito a voto. **Parágrafo Sétimo:** As decisões serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate prevalecerá a decisão do Diretor Presidente, sendo permitido aos Diretores Estatutários que levem a matéria para deliberação para o Conselho Administrativo, quando este vier a ser constituído, para ser decidida em última instância. **Parágrafo Oitavo:** As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, contendo um resumo dos assuntos tratados, as deliberações tomadas e os votos proferidos, sendo assinados pelos membros presentes. **Parágrafo Nono:** A Diretoria Executiva poderá adotar um regulamento interno que discipline o seu funcionamento, as normas de convocação, a ordem dos trabalhos e outros aspectos relevantes para o seu processo decisório, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Décimo:** A remuneração dos membros da Diretoria será fixada anualmente pelo Conselho de Administração, observados os limites previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável. Até que o Conselho de Administração seja instituído a remuneração dos diretores será fixada em conformidade com parágrafo segundo do artigo 16º deste Estatuto Social. **Parágrafo Décimo Primeiro:** Em caso de vacância de cargo de membro da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração deverá eleger um substituto para completar o mandato do substituído, 60 (sessenta) dias contados da vacância. **Parágrafo Décimo Segundo:** O funcionamento da Diretoria não dependerá da ocupação de todos os cargos, podendo operar normalmente com o número de diretores em exercício, observada a legislação aplicável. **Da representação da Companhia: Artigo 11º.** Observado o que dispõe este Estatuto, a Diretoria Executiva tem os mais amplos e gerais poderes de representação e administração executiva dos negócios sociais, considerando-se a sociedade validamente obrigada mediante: a) assinatura de pelo menos 02 (dois) Diretores Estatutários; independentemente da ordem de nomeação ou designação; ou b) assinatura de um Diretor Estatutário e um procurador; ou c) a assinatura de um ou mais procuradores, nos exatos limites dos poderes que lhes forem conferidos no instrumento de mandato. **Parágrafo Primeiro:** Na hipótese de vacância simultânea dos 03 (três) cargos de Diretores Estatutários e inexistindo suplentes para substituí-los: I - Caso o Conselho de Administração esteja constituído e operacional, a Companhia será validamente representada mediante a assinatura de 02 (dois) Conselheiros.” II - Até que o Conselho de Administração esteja constituído e operacional, na hipótese do deste parágrafo primeiro a representação da Companhia será exercida por acionistas que representem, em conjunto, a maioria do capital social, os quais deverão designar um ou mais representantes para praticar os atos necessários à administração e à convocação da Assembleia Geral para eleição dos novos diretores. **Parágrafo Segundo:** No caso de vacância de 02 (dois) membros Diretores, pela assinatura do Diretor remanescente, até que seja eleito pelo menos mais 1(um) Diretor. **Parágrafo Terceiro:** Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro deste artigo 11º, no caso de vacância simultânea de 03 (três) cargos de Diretores Estatutários, deverá ser convocada uma reunião do Conselho de Administração ou, na sua ausência, uma Assembleia Geral, em caráter urgente, para que sejam eleitos os novos diretores. **Exercício Social, Lucros e Dividendos: Artigo 15º.** O exercício social terá início em 1 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual será elaborado o balanço geral e as demonstrações financeiras exigidas em Lei. **Parágrafo Único:** Levantado o balanço geral com observância dos preceitos legais e feitas as amortizações necessárias, inclusive o pagamento de participações a debêntures em circulação, apurar-se-á o lucro líquido, o qual após as provisões legais terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) para a distribuição de dividendo obrigatório a ser pago no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados do encerramento de cada exercício social; c) o restante terá o destino que os acionistas decidirem em Assembleia Geral de Acionistas. **Disposições transitórias: Artigo 16º.** O Conselho de Administração deverá ser instituído pela Companhia até 07/10/2026, podendo esse prazo ser prorrogado pela Assembleia Geral, por meio de alteração deste Estatuto Social, sem limite de prorrogações. **Parágrafo Primeiro:** Enquanto o Conselho de Administração não estiver efetivamente instituído e operacional, caberá à Diretoria Executiva toda administração da Companhia e, sem prejuízo do previsto no artigo 10 deste Estatuto Social, terá as competências atribuições previstas no art. 7º, salvo nos casos em que Estatuto Social expressamente prever de forma diversa, em especial, mas sem se limitar, nos casos previsto no parágrafo segundo deste artigo 16. **Parágrafo Segundo:** Até que o Conselho de Administração esteja constituído e operacional, compete aos acionistas: **a) Deliberar sobre a Diretoria:** Nomear e destituir os membros da Diretoria, bem como fixar-lhes as atribuições, em observância ao disposto neste Estatuto Social. **b) Supervisionar a gestão da Diretoria:** Fiscalizar as atividades da Diretoria, podendo, a qualquer tempo, examinar livros, registros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em negociação e quaisquer outros atos de gestão. **c) Representação em caso de vacância da Diretoria:** Em caso de vacância dos membros da Diretoria, a Companhia será validamente representada pela assinatura de acionistas que representem, em conjunto, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do capital social.” **Disposições Finais: Artigo 17º.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Disposições Aplicáveis: Artigo 18º.** Os atos omissos neste Estatuto serão regulados pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis.” **Encerramento:** Lavrada a presente ata, foi lida, conferida e achada conforme, unanimemente aprovada e pelos presentes. A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio, São Paulo, 07 de outubro de 2027. Presidente da Mesa: Franco Castellani Tarabini Júnior; Secretária: Nora B. Longgren de Castellani Tarabini. Visto Advogado: Luiz Joaquim Bento Cicaroni - OAB/SP 169.046. JUCESP nº 381.819/25-5 em 23/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.**

Companhia Agrícola Fazenda das Palmeiras

CNPJ: 44.216.299/0001-91 NIRE 35.300.058.232

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convidados os senhores acionistas a se reunir em assembleia geral extraordinária, na sede social, à Fazenda das Palmeiras, no Município de Araras, Estado de São Paulo, às 9:00 horas do dia 03 de Dezembro de 2025, em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário às 9:30 horas em segunda convocação, com qualquer número de acionistas a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: 1) Proposta da Diretoria sobre a destinação do resultado líquido do exercício do ano de 2025 até a data de 31/10/2025 e distribuição de dividendos apurados até esta data. 2) Outros assuntos de interesse social. Achem-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Araras, 18 de Novembro de 2025. DIRETORIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DE ARUJÁ. Disputa: dia 11/12/2025 às 10:00 horas.

Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.

Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de Arujá, 27 de novembro de 2.025.